

QUER SER ESPIÃO?



Reprodução

“CIA brasileira” fará concurso pra vagas com salários de até R\$ 16 mil

Da Redação
geralredacao@tribunadoparana.com.br

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) autorizou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) a realizar concurso público para ocupar 300 vagas de nível médio e superior. A informação foi publicada no Diário Oficial de ontem.

As vagas são destinadas ao provimento de três cargos da agência: Oficial de Inteligência (220 vagas) e Ofi-

cial Técnico de Inteligência (60 vagas), ambos com exigência de ensino superior, e Agente de Inteligência (20 vagas), que exige ensino médio completo.

As nomeações devem ocorrer ao longo dos próximos quatro anos, entre 2018 e 2022, de acordo com o órgão. A expectativa agora é pela publicação do edital, que deve sair nos próximos seis meses a partir da publicação da portaria no Diário

As nomeações devem ocorrer ao longo dos próximos quatro anos, entre 2018 e 2022.

Oficial. O concurso deve acontecer ainda neste ano.

Editais bastante aguardados

O concurso da ABIN era bastante aguardado. A agência vinha solicitando ao

MPOG um novo concurso desde 2014, mas os pedidos eram sempre negados em decorrência do contingenciamento de recursos. O último concurso da ABIN foi realizado em 2010 pelo Cespe/UnB para os cargos de Oficial Técnico de Inteligência e Agente de Inteligência. No total, foram apenas 80 vagas abertas.

Salários

No edital de 2010, o salá-

rio de um Oficial Técnico de Inteligência, por exemplo, era de R\$ 10.216,12. Agora, esses profissionais têm remuneração de R\$ 15,3 mil. Já um Agente de Inteligência recebia R\$ 4.211,04 agora, vai receber R\$ 6,3 mil. Em 2010, o edital não teve vagas para Oficial de Inteligência. Hoje, o salário deste profissional chega a R\$ 16,6 mil. Enquanto o novo edital não sai, veja o edital da ABIN de 2010.

ATAS E EDITAIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Tomada de Preço nº. 8/2017
Processo Administrativo nº. 188/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO RECREATIVO PRAÇA CICAMP, LOCALIZADA NA RUA EVERALDO MOCELIN FERREIRA, ESQUINA COM AVENIDA MARCOS GEOVANE STRAPASSON, CONJUNTO HABITACIONAL JOSÉ LUIZ NICHELE, NESTE MUNICÍPIO, TOTALIZANDO 266 M², CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO QUE ACOMPANHAM O EDITAL.

Emissão: 14 de julho de 2017

Entrega dos Envelopes: Até as 09:00 horas do dia 07 de agosto de 2017, no Protocolo Geral da Prefeitura do Município de Campina Grande do Sul, à Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30, Centro – Campina Grande do Sul/PR.

Abertura dos Envelopes: Às 09:00 horas do dia 07 de agosto de 2017, na sala de reuniões da Prefeitura do Município de Campina Grande do Sul, à Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30, Centro – Campina Grande do Sul/PR.

O edital estará disponível a partir do dia 14 de julho de 2017, das 09:00 às 11:30 horas e das 13:30 às 16:00 horas de segunda a sexta-feira, com a Comissão de Licitação, à Praça Bento Munhoz da Rocha Neto, 30, Centro – Campina Grande do Sul/PR, e só poderá ser retirado mediante preenchimento de protocolo e apresentação do Contrato Social da empresa. Informações poderão ser obtidas pelos telefones (41) 3676-8009 e 3676-8000.

Poderão participar da licitação interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação (Art. 22, §2º da Lei 8.666/93 e suas alterações) com certificado de cadastramento em vigência na data de apresentação das propostas.

ESTELA CELINA MÜLLER
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Deputado Aníbal Khury

HOMOLOGAÇÃO – ADJUDICAÇÃO

Com base nas Leis 8666/93, 10.520/02 e 15.608/07 e alterações posteriores, analisando o Processo Licitatório realizado sob a modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 019/2017, para eventual aquisição de molduras para Assembleia Legislativa, em 29/06/17, nada havendo de irregular, HOMOLOGO o resultado do procedimento, ADJUDICANDO o objeto da licitação, para a empresa **Moldussoly Comércio de Acessórios e Máquinas - Epp** com o valor de R\$ 6.139,90 (Seis mil, cento e trinta e nove reais e noventa centavos) classificada anteriormente pela Pregoeira e Equipe de Apoio, conforme Ata de Resultado, por haver apresentado proposta vantajosa e que atende às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Curitiba, 05 de julho de 2017.

Plauto Miró Guimarães Filho
Primeiro Secretário

Juizes querem armas



Pixabay

Juizes e promotores estão querendo garantir o direito ao porte de armas sem passar pelos testes de capacidade técnica e aptidão psicológica. Na semana passada, a diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) reuniu-se com o ministro da Justiça, Torquato Jardim, para pleitear mudanças no Estatuto do Desarmamento. A Associação dos Juizes Federais (Ajufe) está atenta esperando a resposta do

ministro. Se não houver mudanças, vai acionar a Justiça para conseguí-las. O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Frederico Mendes Júnior, argumenta que magistrados e membros do Ministério Público já passam por testes psicológicos, na fase do psicotécnico, para ingressar na carreira. “A aptidão psicológica e a idoneidade, portanto, são minuciosamente aferidas

quando do ingresso na respectiva carreira”, diz Mendes Júnior. Bene Barbosa, presidente do Movimento Viva Brasil, critica proposta da AMB. “Eu não vejo motivo para liberar juizes e promotores desses testes, são exigidos de qualquer cidadão que queira possuir uma arma de fogo, não precisa nem querer portar. Ou a lei vale para todos, ou ela não vale para ninguém”, diz Bene. (Gazeta do Povo)